



POLÍTICA FISCAL E DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ BISSAU ENTRE OS ANOS 2020 A 2023

Bateny Monteiro Sanca¹
Carla Carlos Sá²
Sâmia Nagib Maluf³

RESUMO

A precariedade dos serviços básicos como educação, saúde e situação econômica observada em Guiné-Bissau nos últimos anos, nomeadamente após a pandemia do Covid 19 (período de 2020 a 2023) suscita interesse da comunidade internacional, considerando que constituem direitos fundamentais dos cidadãos. A recorrente e crescente necessidade de erradicar a pobreza, instabilidade política, dificuldades econômicas e necessidade de implementação de reformas estruturais na economia levaram a uma investigação aprofundada sobre a política fiscal do país. Por conseguinte, este estudo tem por objetivo analisar as interpretações macroeconômicas sobre o uso da política fiscal da Guiné-Bissau. O estudo de caso enquadra-se como sendo quali-quantitativo, descritivo, fez-se uso do procedimento técnico de pesquisa bibliográfica. Com base nos dados encontrados, o crescimento do PIB, em 2023, foi de 4.2%; a economia permanece altamente dependente da exportação de caju em bruto, que corresponde a 90% da pauta de exportação e proporcionam rendimentos a cerca de 80% da população, principalmente pequenos agricultores. Estima-se que a pobreza tenha aumentado de 26%, em 2022; para 26.7%, em 2023. A inflação caiu para 7.2%, em 2023; em relação a 2022, que foi de 7.9% em 2022. O déficit orçamentário global aumentou para 7.6% do PIB em 2023, em comparação ao de 2022, que era de 6.1%; devido ao fraco desempenho das exportações, em 2023. O país carece de reforma previdenciária, dado que os pagamentos de pensões beneficiam excessivamente uma fração muito pequena de beneficiários e de idosos, ao mesmo tempo em que são introduzidas alterações discricionárias aos montantes individuais das pensões, que se desviam das regras aplicáveis às pensões. Em síntese, a política fiscal na Guiné-Bissau está fortemente interligada com os desafios em torno dos direitos humanos. Embora o país enfrente obstáculos significativos, a implementação de reformas fiscais equitativas e o fortalecimento das instituições públicas podem ajudar a promover tanto o desenvolvimento econômico quanto a realização plena dos direitos humanos. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA BANCO MUNDIAL. Guiné Bissau: reformar o risco fiscal, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau>. Acesso em: 9. set. 2024. SALECHA, A. Um debate sobre democracia e os seus desafios na Guiné-Bissau. In: GOMES, B.; DA SILVA, N. N. (Org.) Guiné-Bissau: Revolução Anti-Imperialista Inacabada. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas: 2022, p.17-20. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br>. Acesso em: 16. set. 2024.

Palavras-chave: política fiscal; desenvolvimento; Guiné-Bissau.

UNILAB, Administração Pública, Discente, putchitchamariza@gmail.com¹
UNILAB, Engenharia de Computação, Discente, carla0423@gmail.com²
Unilab, Administração Pública, Docente, samia@unilab.edu.br³